MATERIAL DIDÁCTICO PARA PORTUGUÊS

Tema/assunto	***Os desafios das línguas de STP e o ensino da norma: uma proposta didáctica.***
Classe(s)	12ª
Tipo de material ou actividade	Textos para reflectir sobre: - as especificidades do Português de STP; - política linguística em STP; e - conceitos de norma e variação linguística.
Sugestão de exploração didáctica	- Actividades de oralidade (compreensão e expressão oral; géneros do oral)

Actividades em torno da oralidade: expressão e compreensão orais

1. Lê um dos textos apresentados:

Texto 1: Abigail Tiny Cosme (2021), "O que se passa com o Português em São Tomé e Príncipe?"

Texto 2: Gabriel Antunes de Araujo (2020), "Há uma política linguística em São Tomé e Príncipe?"

Texto 3: Margarita Correia (2020), "A escola e a norma linguística"

1.1. Apresenta um **resumo oral** do texto (máx. 3 minutos).

2. Segundo a linguista Abigail Tiny Cosme (texto 1), a oralidade e a escrita estão interligadas.

2.1. Apresenta dois exemplos específicos de como esta relação se manifesta em STP.

2.2. Que propostas apresenta a autora para lidar com a variação linguística e com o erro?

3. Gabriel Antunes Araújo (texto 2) entende que:

"[...] o Governo de São Tomé e Príncipe, apesar da boa vontade de seus agentes políticos, tem condições limitadas para implantar políticas linguísticas, posto que esta é uma preocupação menor, dados todos os demais problemas que o país enfrenta." (pág. 95).

3.1. Apresenta três questões de uma possível **entrevista** que poderia ser feita a um agente decisor ao nível da política linguística em São Tomé.

3.2. Na tua opinião, as políticas linguísticas mereceriam uma maior atenção em STP? Apresenta a tua opinião e um argumento (a favor ou contra) num **debate** com o grupo, respeitando as regras de participação, bem como as intervenções da moderadora.

4. Por que razão(ões) Margarita Correia defende que a norma linguística deve ser estudada na escola?

4.1. Numa breve **apreciação crítica oral** (máx. 3 minutos), apresenta a tua opinião relativamente às ideias propostas pela linguista portuguesa.

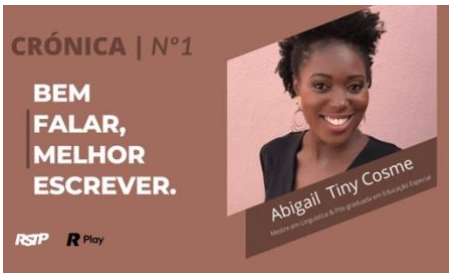
4.2. Apresenta três questões de uma possível **entrevista** que poderia ser feita a um agente decisor ao nível da política linguística em São Tomé.

4.3. Na tua opinião, as políticas linguísticas mereceriam uma maior atenção em STP? Apresente a sua opinião e um argumento (a favor ou contra) num **debate** com o grupo, respeitando as regras de participação,

Texto 1

"O que se passa com o Português em São Tomé e Príncipe?"

Crónica: Bem Falar, Melhor Escrever (Nº1)



Aquando da publicação da sinopse desta rubrica, várias foram as mensagens que recebi em privado afirmando categoricamente que aquele meu português seria muito fino; que poucos seriam os leitores destas crónicas porque o meu português, como se diz por cá, não é "terra-a-terra"!

Confesso que tais afirmações mereceram de mim a mais profunda reflexão e rapidamente concluí que estariam certos. De facto, não haveria nenhum interesse em ler o que escrevo, principalmente se o foco estiver na forma e não no conteúdo.

Efetivamente, não está!

Sabe-se que São Tomé e Príncipe é um país de pequena dimensão geográfica, contudo de uma enorme riqueza no que diz respeito às línguas. Somos e falamos Crioulos, três com origem local (Forro, Angolar e Lung'Ie) e um que nos chegou pelos navios e que hoje também a nós pertence (Cabo-verdiano). A par destes, herdámos ainda a Língua Portuguesa. Antes, pertencia ao outro, ao opressor; hoje, também nossa. Tão nossa que parece que estamos decididos a crioulizá-la de tal forma que apenas entre nós corremos o risco de a entender.

Não quero com isto dizer que nos devemos envergonhar daquilo que é a variação linguística existente, ou aniquilar o resultado da criatividade dos falantes. Estas são caraterísticas e indicadores que nos mostram que as línguas são vivas e que percorrem o seu próprio caminho dentro do espaço geográfico e das fronteiras em que se encontram.

Quem de nós não se deliciou, num passado ainda recente, com um bom vinho, mau dele? Ou não dançou ao som de um *Ranca Mandioca*, apesar do *wechaísmo* do vizinho? Estas expressões idiomáticas, construções criativas e até neologismos merecem ser registados, descritos e analisados de forma séria e, acima de tudo, descomplexada.

Mas há mais.

Há alguns meses, entrei na sala de aula e no quadro encontrei um pequeno texto, brinde dos meus queridos alunos, que passo a partilhar: "*Nós aqui, nós tá tudo mal. Nós não tem estrada nem caminho. Chuva quando chove, lama lamaça. Morto quando morre, até chegar hospital, morreu!*"

Não sei afirmar que sentimentos se me afloraram à medida que os meus olhos passavam, palavra por palavra, pelo fatídico texto, mas fiquei com plena convicção de que seremos o único país do mundo onde a lama *lamaça* e onde um único morto morre duas vezes. Mas, não só nisto somos únicos. Ainda que sem dados científicos que o suportem, acredito também que seremos os únicos seres capazes de fenómenos que as próprias leis da física não conseguem explicar. Quantas vezes, pelas "ruas da cidade", ouvimos em dias de chuvas intensas o lamento "*Eu molhei uma chuva*!!!".

Pois é!

Estes e outros fenómenos linguísticos seriam cómicos, se não fossem trágicos. A tragédia mora numa espécie de miscelânea entre o português popular, o português padrão e os crioulos, entre a língua falada e a língua escrita, entre a produção oral (com mais ou menos sotaque) e a produção escrita. Isto é, escreve-se como se fala, na ilusão de que se fala de acordo com o que se deveria escrever.

O que sugiro? A variação, estude-se! O erro, corrija-se!

Porque é urgente **Bem Falar** para **Melhor Escrever**.

Mestre em Linguística e Pós-Graduada em Educação Especial.

Abigail Tiny Cosme, "O que se passa com o Português em São Tomé e Príncipe?", *RSTP*, 17-02-2021.
< http://rstp.st/2021/02/17/o-que-se-passa-com-o-portugues-em-sao-tome-e-principe/>

Texto 2

Há uma Política Linguística para o Português em São Tomé e Príncipe?

Conclusões

Atos efetivos de implementação de políticas linguísticas são relativamente raros em São Tomé e Príncipe por parte do Governo. De um lado, porque envolve o consumo de escassos recursos públicos e, de outro, porque necessitam também de recursos humanos e de "vontade política" para serem implementados. No entanto, como exemplos isolados de políticas linguísticas efetivas, embora de alcance limitado, podemos citar a aprovação do Decreto 19/2013 (publicado em 14(08/2014 no Diário Oficial), no qual o Governo fez tornar oficial o Alfabeto Unificado para as Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe (ALUSTP), instrumento linguístico cujo objetivo era padronizar a ortografia das línguas autóctones (cf. Araújo & Agostinho 2010). Ao mesmo tempo, o Governo da Região Autónoma do Príncipe tem se esforçado, com apoio político e apoio financeiro indireto, na promoção do lung' Ie nas escolas e na produção de material didático (Agostinho, bandeira &Araújo 2016).

Como demostrado, a natureza do processo de ocupação do arquipélago e os seus ciclos econômicos, com emprego extensivo de mão de obra estrangeira, estão na base dos fatores que levaram ao quadro de diversidade linguística em São Tomé e Príncipe. Entretanto, a opção da elite governante em adotar o português como língua oficial pela jovem república efetivamente criou os mecanismos para a difusão do português e também alimentou o cenário para a obsolescência das demais línguas. Ao lado de fenômenos do século XX como a urbanização, a escolarização e a difusão dos mídia, associados ao prestígio socioeconômico e político do português, há em São Tomé e Príncipe um quadro de abandono das línguas étnicas em direção à língua portuguesa. Contudo, não se trata de uma variedade idêntica ao português europeu, embora essa seja o alvo da escolarização e das elites dominantes, como pode ser observado no uso de materiais didáticos e paradidáticos.

Ademais, a própria condição econômica do Governo Central (*déficits* regulares, dívida externa de difícil equalização, dependência da cooperação externa e tutela do Fundo Monetário Internacional) limita sua capacidade de efetivar políticas públicas (IMF 2018). Assim, todas as iniciativas bem-sucedidas que buscam algum desenvolvimento na área da educação provêm de atividades de cooperação externa. Nesse sentido, não é incomum STP ser alvo de projetos-pilotos e de investigações que resultam em parcerias, logo descontinuadas e substituídas por novos projetos. A própria instabilidade do Governo não garante continuidade das políticas educacionais. Desde a redemocratização (1990), o governo do primeiro-ministro Patrice Trovoada foi o único a terminar o mandato (25/11/2014 a 03/12/2018) sem ser derrubado pelo Parlamento. Portanto, o Governo de São Tomé e Príncipe, apesar da boa vontade de seus agentes políticos, tem condições limitadas para implantar políticas linguísticas, posto que esta é uma preocupação menor, dados todos os demais problemas que o país enfrenta.

Gabriel Antunes de Araújo. (2020). "Há uma política linguística em São Tomé e Príncipe?" *in* Sweder Sousa e Francisco Calvo del Olmo (orgs.), *Línguas em Português. A Lusofonia numa visão crítica*; Porto: V. Porto Press, pp. 171-195.

Texto 3

Diário de Notícias

A escola e a norma linguística

Margarita Correia
13 Julho 2020 — 22:19

Há uns anos, dei aulas de Didática, no Ramo Educacional da FLUL, a estudantes licenciados que pretendiam tornar-se professores de português do 3.º ciclo do ensino básico e do secundário. Começava o semestre com o seguinte tópico para discussão: "Se os alunos já sabem falar português, até já quase completaram a sua aquisição e se até já aprenderam ler e escrever, o que é que um professor de português como língua materna terá para lhes ensinar?" e diversos conteúdos e competências - literatura, gramática, falar e escrever melhor ... Eu terminava invariavelmente a afirmar que ao professor de português língua materna compete veicular a norma padrão da língua. A afirmação não era aceite pacificamente: alguns defendiam que a escola deveria respeitar a variação linguística, a liberdade de expressão, que o essencial seria os jovens expressarem-se e não como, que deveria ser democrática e não preconceituosa e repressora.

A argumentação dos meus estudantes é *a priori* louvável. Ninguém almeja uma escola castradora, silenciadora, mas antes inclusiva, onde todos os alunos se sintam parte de uma comunidade de iguais. Essa aparente liberdade de expressão na escola não tem, porém, o pretendido efeito libertador e, *a posteriori*, não os torna iguais, mas antes promove a discriminação, limita a igualdade de oportunidades e perpetua a estratificação social.

O assunto não é pacífico, mesmo entre professores e linguistas. Então, porque penso assim?

Veicular a norma não implica silenciar a variação linguística, bem pelo contrário. É importante ensinar que a língua é composta de variação, que todas as variedades resultantes são legítimas, mas mais ou menos adequadas às diferentes circunstâncias de uso. Não me incomoda, e.g., o registo usado por muitos estudantes nos corredores ou bares da faculdade, até porque não contém palavras ou expressões que eu desconheça; o que me incomoda é que não entendam que, no espaço da escola, onde circulam pessoas que não são seus pares, aquele registo linguístico não é o mais adequado; ainda mais me perturba que não conheçam o registo adequado à sala de aula. Não é uma questão linguística; é antes uma questão social. O indivíduo deve ser capaz de escolher a variedade mais adequada a cada contexto ou ao seu propósito comunicativo - em algumas situações, o uso de calão pode ser mesmo o mais adequado. No entanto, para ter verdadeira liberdade de escolha, é necessário que ele conheça e possa avaliar as alternativas em jogo. Um indivíduo que apenas seja capaz de expressar-se em registos informais não tem, de facto, liberdade de escolha. Não tem escolha sequer.

A norma é o registo mais neutro do uso, uma espécie de modelo, de padrão (norma padrão), de grau zero da língua. É o registo adequado e aceite em qualquer situação de comunicação, seja ela formal ou informal. Não é por acaso que, quando estudamos uma língua estrangeira, aprendemos essencialmente a sua norma padrão: não pertencendo à comunidade de fala dessa língua, não podemos avaliar a adequação dos registos

às situações de comunicação. O conhecimento da norma, de preferência explícito e por comparação com as demais variedades, confere maior segurança e expõe-nos a menos riscos de inadequação linguística e social.

Não nascemos todos em berços iguais. Num regime democrático, a escola pública deve funcionar como nivelador social e a escolaridade obrigatória deve fornecer, a todos por igual, um acervo de conhecimentos, competências e atitudes que lhes confiram empoderamento, qualificação e acesso à cidadania. O conhecimento da norma e o seu uso devem, acredito, fazer parte da formação de cidadãos livres e com igualdade de oportunidades, porque lhes permite o domínio eficaz e adequado de todas as situações de comunicação.

Professora e investigadora, coordenadora do Portal da Língua Portuguesa

Margarita Correia, "A escola e a norma linguística", *Diário de Notícias*, 13/07/2020.
<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/a-escola-e-a-norma-linguistica-12419734.html>

Actividade de compreensão oral

1. **Ouve, atentamente, um excerto do programa *Perguntas Incómodas* (RSTP, 20/02/2021; min. 0.24s até 3.20), dedicado ao tema "STP: que línguas de identidade?"**

Acesso ao vídeo:

https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=820807261833909

1.1. Completa os espaços com as palavras/expressões fornecidas.

Angolar	Cabo Verde	crioulos	dez	escritor	Forro	linguista	Lung'Ié
multilinguismo	Português	professora	UNESCO	Universidade de Lisboa			

Solange Salvaterra Pinto cumprimenta os convidados e a audiência em três línguas são-tomenses: o _____, o _____ e o _____.

O Dia Internacional da Língua Materna, que se comemora a 21 de Fevereiro, foi proclamado pela _____, como forma de promover o _____.

Além das línguas já referidas, o crioulo de _____ também faz parte do conjunto de línguas vernaculares de São Tomé e Príncipe (STP). A única língua oficial em STP é o _____. No contexto colonial, os _____ falados no país foram denegridos.

A cada ano, em todo o mundo, desaparecem _____ línguas maternas, o que compromete a riqueza da diversidade linguística e cultural.

Os convidados do programa são: o _____ e político Albertino Bragança, a _____ Fernanda Pontífice, a professora da _____ Inocência Mata e a diplomata e _____ Abigail Tiny Cosme.

2. **Ouve, atentamente, a resposta de Maria Fernanda Pontífice à jornalista Solange Salvaterra Pinto (min. 4.07 até 7.07).**

2.1. Assinala as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F).

2.2. Corrige as falsas.

a) Todos os crioulos nascem do encontro entre duas ou mais línguas. _____

b) O processo de evolução para chegar até ao crioulo é muito rápido. _____

c) O Forro e os outros crioulos nascem da necessidade de comunicação. _____

d) A fase linguística anterior à chegada a um crioulo é chamada *pidgin*. _____

e) Os crioulos de STP tiveram origem no proto-crioulo do Golfo Pérsico. _____